



Reajuste a partir de maio/06, já!

O Fórum das Seis está reivindicando, insistentemente, uma reunião com o Cruesp – ainda em dezembro/06 – para discutir o conteúdo do Comunicado nº 04/2006, emitido em 21/11/06, que anunciava a concessão de reajuste de 1,79% a partir de novembro/06, ao mesmo tempo em que o Cruesp declarava que as datas de pagamento ficariam a critério de cada universidade. Isto ocorre exatamente num período em que a Comissão de Isonomia, da qual participam o Fórum das Seis e o Cruesp, discute tramento isonômico nas três universidades estaduais paulistas.

No dia 22/11/06 a coordenação do Fórum das Seis protocolou ofício solicitando uma reunião com o Cruesp para apresentar, mais uma vez, nossos argumentos relativos à retroação do reajuste e nossos protestos pelo conteúdo do Comunicado Cruesp nº 04/2006. Até o momento não obtivemos resposta.

Novo ofício, reiterando a necessidade de uma reunião urgente, foi protocolado no dia 5/12/06.

É bom lembrar os acontecimentos para que fiquem claros os motivos da nossa preocupação e da nossa discordância com os procedimentos adotados pelos reitores.

Arrecadação do ICMS em 2006

Período de 2006	Previsão da Secretaria da Fazenda em R\$ milhões (A)	Arrecadação em R\$ milhões (B)	Razão (B/A)
1/1 a 31/8	26.454,88	26.020,84	0,9840
1/1 a 30/9	29.826,79	29.460,18	0,9877
1/1 a 31/10	33.248,29	33.254,87	1,0002
1/1 a 30/11	36.773,89	37.375,47	1,01636
1/1 a 31/12*	40.219,19	40.820,77	1,01496

* Utilizando a estimativa da Secretaria da Fazenda de R\$ 3.445,30 milhões em dezembro/06

O Comunicado Cruesp nº 02/2006

No dia 1º/6/06 o Cruesp emitiu o Comunicado nº 02/2006 no qual se lê (grifos nossos):

“(...)

1. Reajuste de 0,75%, já aplicado sobre os salários de maio.

2. Reajuste de 1,79%, que incidirá sobre os salários de setembro/2006, perfazendo o total de 2,55%. A concessão do referido índice complementar estará condicionada à realização da estimativa de arrecadação do ICMS prevista na Lei Orçamentária (LOA/2006), no montante de R\$ 40,219 bilhões. **Caso a arrecadação acumulada até agosto/2006 atinja o previsto pelo Estado para o período (oito meses), o Cruesp considerará confirmada, na prática, a previsão anual.**

3. Caso a arrecadação do ICMS de 2006 atinja o montante de R\$ 40,6 bilhões, o reajuste de 1,79% concedido

em setembro, retroagirá a maio de 2006.”

É bom lembrar a origem dos números: 2,55% é a estimativa de inflação medida pelo índice Fipe entre maio/05 a abril/06, enquanto que o montante de R\$ 40,6 bilhões era o limite inferior da estimativa do Fórum das Seis para a arrecadação do ICMS em 2006.

Está claro na redação do Comunicado Cruesp nº 02/2006 que a coincidência entre o estimado pelo Estado e a arrecadação efetiva até agosto/06 era apenas um indicativo de que a arrecadação de R\$ 40,219 bilhões seria atingida, pois não havia como garantir, no final de agosto, que ela seria realizada. Também está claro que, se esta arrecadação fosse confirmada, os reitores pagariam o reajuste de 1,79% a partir de setembro/06 e que, se a arrecadação atingisse o patamar de R\$ 40,6 bilhões, tal reajuste retroagi-

ria a maio/06. Ao fazer esta proposta, aliás recusada por todas as assembleias de base dos sindicatos que compõem o Fórum das Seis, os reitores evidentemente tinham feito suas contas e concluído que o reajuste que impunham era compatível com níveis adequados de comprometimento com a folha salarial de professores e funcionários técnico-administrativos.

O ICMS no segundo semestre de 2006

A tabela acima mostra a evolução da arrecadação do ICMS-QPE (quota parte do Estado), em milhões de reais, sem o montante da Habitação, que, como sabemos, é indevidamente descontado antes do repasse às universidades (em 2006 foi de R\$ 757,2 milhões!).

A tabela anterior deixa absolutamente claro que a previsão de R\$ 40,219 bilhões será ultrapassada e, muito provavelmente, até

mesmo a previsão de R\$ 40,6 bilhões. Ou seja, se os reitores cumprirem o que declararam em maio/06, devemos ter reajuste de 1,79% a partir de maio/06 e não a partir de novembro/06.

Ademais, é importante registrar duas questões:

- Em primeiro lugar, estamos discutindo, em dezembro/06, as perdas do período de maio/05 a abril/06, e ainda apenas pelo índice da Fipe. A inflação estimada pelo Dieese para o mesmo período foi de 3,25%, uma diferença muito significativa em tempos de inflação mais baixa;

- A noção correta de perda salarial é a soma de tudo que foi corroído pela inflação em um certo período e não apenas a razão entre os índices de ponta. Na realidade, para compensar a perda salarial real num determinado período é necessário termos reajustes **acima da inflação no período seguinte**, de forma que a soma do adicional assim obtido fosse pelo menos igual à soma do que foi corroído pelo processo inflacionário no período anterior. Assim, retroagir o reajuste a maio/06, que é totalmente viável a essa altura, não é uma questão menor, mas vai direto ao cerne do que realmente significa **perda salarial**.

O Comunicado Cruesp nº 04/2006

No dia 21/11/06, o Cruesp emitiu um comunicado que

Continuação da matéria de capa

desrespeita a inteligência de professores e funcionários técnico-administrativos das universidades estaduais. Ao mesmo tempo em que considera que a estimativa de arrecadação do governo de R\$ 40,2 bilhões será realizada, informa que os salários serão reajustados a partir de novembro/06; o “argumento” é que essa estimativa só foi confirmada a partir de outubro/06! Além da óbvia falta de consistência com suas declarações anteriores, o pagamento será feito a “critério” de cada universidade. No dia seguinte, a Reitoria da Unesp anuncia que só pagará em fevereiro de 2007 um pedaço daquele valor com o qual os reitores haviam se comprometido em maio/06. Sem juros e correção monetária, claro!

Fica evidente, pelo que foi exposto, que tal situação é insustentável e deverá provocar danos políticos a todas as reitorias. Não foi esta ou aquela reitoria que assinou os comunicados nº 02/2006 e, especialmente, o nº 04/2006, foram todas elas. Foi o Cruesp.

É fundamental que sejam retomados, urgentemente, o caminho do diálogo e da negociação, que estejam indissociavelmente associados à clareza e à confiança na palavra empenhada.

Continuamos atentos à LDO-2007

As negociações no Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) continuam, embora obstruídas pelo fato de que o governo não liberou, até agora, o dinheiro correspondente às emendas de um conjunto significativo de deputados, que constavam da Lei Orçamentária 2006 (o presente exercício). De todo modo,

há o compromisso do Presidente da Alesp, Deputado Rodrigo Garcia (PFL), de votar a LDO-2007 ainda este ano. Há uma expectativa de que as tratativas levem a uma votação por volta do dia 12/12, pouco antes do recesso da Alesp. Toda atenção é pouca, já que devemos garantir que as emendas aprovadas pela Comissão de Finanças e Orçamento sejam também aprovadas pelo plenário da Alesp e enviadas à consideração do governador: 31% da receita total de impostos para a Educação Pública em geral, 10,43% do ICMS para as universidades estaduais e 1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

Entrevista com o Presidente do Conselho Estadual de Educação

Representantes do Sinaps e a coordenação do Fórum das Seis reuniram-se, no dia 29/11/06, com o Presidente do Conselho Estadual de Educação, Dr. Pedro Salomão José Kassab, para discutir a vinculação do Centro Paula Souza à Unesp. Os representantes do Fórum das Seis registraram a importância da manutenção e do desenvolvimento do vínculo acadêmico entre o Centro Paula Souza e a Unesp para a Educação Pública no estado de São Paulo. O Presidente do Conselho informou que, após reunião com o reitor da Unesp, decidiu-se, de comum acordo, deixar a continuidade deste debate entre a Unesp e o Conselho Estadual para depois da posse do novo governador do Estado [sic]. Os representantes do Fórum das Seis registraram o interesse de participar dessa discussão, em defesa da Educação Técnica e Tecnológica Pública de qualidade no estado de São Paulo.

Fundações estão assinando TAC, confirma Vice-Reitor

Promotoria recusa-se a fornecer teor do Termo de Ajustamento de Conduta



Novas instalações da Fundectó na Av. Waldemar Ferreira: fundações começam a deixar o campus?

O professor Franco Lajolo, vice-reitor da USP, confirmou que as fundações privadas ditas “de apoio” estão assinando com a Promotoria de Fundações um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Lajolo declarou ao *Informativo Adusp* que a Promotoria entrou em contato com a USP, ocasião em que comunicou a realização de auditorias nas fundações. “Nós temos conhecimento do TAC”, disse o Vice-Reitor. “Houve um contato do Promotor com a Reitoria. Falamos de alguns princípios, como o que envolve os docentes em tempo integral. Manifestamos que a Reitoria via com bons olhos essa auditoria nas fundações”.

A Fundectó, vinculada à Faculdade de Odontologia, confirmou haver assinado o TAC. De acordo com aquela fundação, trata-se de um único TAC, a ser firmado por todas as entidades. O documento estava circulando para receber as

assinaturas necessárias. Até o momento, das entidades privadas que atuam na capital, só a Fundação Zerbini não teria concordado em assinar o TAC.

O promotor de justiça Airton Grazioli, responsável pela Promotoria das Fundações, recusa-se a informar à Adusp o teor exato do TAC. No entanto, no final de setembro, em palestra no XXIV Confies, encontro de fundações privadas realizado em Ouro Preto (MG), Grazioli anunciou que as fundações “de apoio” da USP haviam assinado um TAC mediante o qual comprometiam-se a deixar as instalações da universidade, bem como não mais utilizar funcionários e equipamentos desta, e prestar informações sobre os docentes em RDIDP vinculados a seus projetos (*Informativo Adusp* 227, p. 4).

Representação

A auditoria realizada nas fundações, e o TAC cujas assinaturas estão em anda-

mento, têm origem numa representação que a Adusp encaminhou à Promotoria de Fundações em maio de 2005. Nessa representação, a Adusp pedia providências contra estatutos de fundações “de apoio” que criam obrigações ilegais para docentes que exercem cargos de direção na USP (reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores, chefes de departamento e outros), porque estabelecem vínculos entre tais cargos e os postos diretivos das próprias fundações “de apoio”.

Tornou-se prática comum o exercício paralelo de cargos, na USP e nas entidades privadas, gerando conflito de interesses na relação entre as esferas pública e privada. Chegou-se mesmo ao ponto de haver convênios assinados entre unidade e fundação, nos quais uma mesma pessoa assinava como representante de uma e de outra.

Debate sobre sindicalismo no setor público

A organização sindical foi pauta do segundo evento de comemoração dos 30 anos da Adusp, um debate realizado em 29/11, na ECA, com o mote “A crise do trabalho, o funcionalismo público e seus sindicatos”. Foram convidados a compor a mesa os professores Luiz Henrique Schuch, da UFPel e secretário-geral do Andes-Sindicato Nacional; Arnaldo José França Mazzei Nogueira, da FEA-USP e da PUC-SP; Ricardo Antunes, da Unicamp; e João Zanetic, vice-presidente da Adusp.

Primeiro a falar, o professor Zanetic se propôs a compartilhar suas reminiscências com os presentes, buscando o que chamou de “memórias com características sindicais”. Recapitulou sua juventude, a experiência de filho de um operário têxtil que acompanhou de perto momentos cruciais da política brasileira, como a campanha “O petróleo é nosso!” e o suicídio de Vargas.

O professor procurou demonstrar, assim, a importância de vivências políticas anteriores para os estudantes que viriam a entrar na USP no início dos anos 1960, e ali travar lutas democráticas. Dessa década, sublinhou a importância da organização estudantil nas greves, com o exemplo do curso de auto-gestão ministrado por estudantes do Instituto de Física. Além de intensificar a presença na faculdade, a turma não perdeu o semestre. “A greve não atrapalha a qualidade de ensino desde que sejamos criativos”, reforçou Zanetic.

Por último, delineou os embates travados na universidade no fim da ditadura militar e no período de redemocratização, quando já era professor. Ele acredita que aquele período foi essencial para mostrar a necessidade de uma entidade de defesa dos direitos civis. “Foi quando se percebeu que o professor não era um príncipe, mas um trabalhador”, argu-

mentou. O professor destacou a importância da constituição da Adusp e de sua articulação com as entidades das outras universidades estaduais paulistas, no Fórum das Seis, compondo um “pólo aglutinador da luta por melhores condições de vida e trabalho”.

Solidariedade

Luiz Henrique Schuch expôs a necessidade de se debater a organização sindical, tema que o professor considera extremamente atual, devido ao avanço das formas de precarização do trabalho, provocado pela ameaça do desemprego e pelas imbricações determinadas pelas distorções entre o que é público e o que é privado.

Para o professor, que é ex-reitor da UFPel, os movimentos sindicais da década de 1980, mais articulados devido à condição política da época, viriam a sofrer um grande impacto após as medidas econômicas implantadas no início da década de 1990.

“Em boa medida, hoje vivemos o resultado disso”, avaliou Schuch, que vê esse resultado materializado, por exemplo, nas políticas salariais baseadas em “reajuste zero”, nas gratificações de cunho produtivista, nas fundações “de apoio”, nos fundos setoriais. Se nas décadas anteriores a organização sindical contava com fundamentos de solidariedade, o período mais recente minou essas bases, fazendo “o que a ditadura não conseguiu fazer”. “Passou-se da solidariedade ao concorrencial”, acredita.

Schuch ponderou que a organização sindical não está em descenso, mas passando por uma crise. Para o secretário-geral do Andes-SN, a atuação nesse campo passa obrigatoriamente pela revisão do conceito de categoria, ou seja, pela formulação de uma “organização trabalhista que incorpore de fato a grande massa de trabalhadores”, e que atue “com a



Antunes, Mazzei, Miraglia, Schuch e Zanetic

perspectiva de barrar a agenda de dominação capitalista”.

Fragmentação

“Estamos vivendo uma desfiguração por causa da fragmentação, da dificuldade de as pessoas conversarem”, afirmou Arnaldo Mazzei Nogueira. O professor teceu considerações sobre as especificidades da organização trabalhista nos setores público e privado. Recuperou, para isso, a experiência da Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc), da qual faz parte, e o exemplo da demissão em massa ocorrida neste ano naquela instituição privada de ensino. “A Apropuc também faz anos, mas não há o que comemorar”, lamenta.

O professor Mazzei criticou duramente a “política nada negociadora, com elementos autoocráticos”, praticada pelo governo FHC na relação com o funcionalismo público. O enfrentamento com os petroleiros e as políticas de contenção salarial e demissões são exemplos do que qualificou como “dissonância do governo FHC para com os trabalhadores”. Porém, analisando as greves ocorridas no setor público durante o governo Lula,

disse não notar mudança expressiva: “as relações com o governo Lula não se alteraram significativamente em relação ao governo anterior, apesar da adoção da mesa permanente de negociação”, mesa que é uma “ilusão”, segundo ele. “Não adianta ter mesas de negociação permanentes, se você não tem realizações efetivas nessas mesas”, avaliou.

Quanto à organização sindical, Nogueira atribuiu protagonismo ao setor público na superação da crise, que, “além de ser estrutural e objetiva, tem uma dimensão subjetiva política e cultural”. Uma das necessidades mais prementes seria, em sua opinião, reconstituir as pontes com outros movimentos organizados. O professor questionou se a depuração do movimento do setor público “não estaria nos afastando do mundo do trabalho”. E concluiu: “É necessário repensar esta dinâmica e reconduzir as lideranças às bases, saber o que pensam”.

Socialismo é vital

Em sua intervenção, Ricardo Antunes optou por traçar um panorama das transições pelas quais passou o mundo do trabalho nas últimas dé-

cadadas. Resgatou, assim, as perturbações causadas por determinados colapsos cíclicos do capitalismo, como em meados dos anos 70. Momentos que resultariam no avanço da terceirização e em diversas formas de ocultamento do trabalho precário.

Antunes chamou a atenção para o altíssimo índice de informalidade — cerca de 60% dos trabalhadores — e para o fato de esse grande número de pessoas se encontrar fora do alcance da organização sindical. Mesmo dentro das empresas, denunciou o professor da Unicamp, técnicas de “cooptação” são utilizadas para desmobilizar os trabalhadores. “Operário agora é ‘colaborador’ e recebe uma ‘cartilha de integração’”, exemplificou, complementando: “Essas ações têm um fundo profundamente ideológico”.

Ele criticou a divisão dos trabalhadores na universidade pública, causada pela terceirização. “É imperioso que os sindicatos sejam a ponte entre os estáveis e os terceirizados”, defendeu o professor, para quem a luta tem que ser “sindical, social e política”. Sem perder de vista a perspectiva de fundo: “O socialismo no século XXI é uma questão vital”.

“Universidade Aberta do Brasil”, alguns questionamentos

O Ministério da Educação (MEC) criou o projeto “Universidade Aberta do Brasil” (UAB) em 2005, “visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil”. Também denominado de “Sistema UAB”, tal projeto começou a ser gestado em 2004, com apoio de uma fundação privada, congregando empresas estatais, MEC e Casa Civil da Presidência da República.

O Edital nº 1 da Secretaria de Educação a Distância

do MEC (SEED, dezembro de 2005) buscou organizar a “UAB”, de forma mais definitiva, por meio de uma chamada para que os municípios oferecessem “pólos de apoio presencial” e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desenvolvessem cursos de interesse daqueles municípios. O Decreto Presidencial nº 5.800, de 8/6/2006, oficializou a “UAB”.

Em 2006, já foi oferecido, por meio de “Educação a Distância”, para servidores de estatais e outros, um curso-piloto de graduação em Administração, com 10 mil vagas, para começar a im-

plantação do projeto UAB. Para 2007, abriu-se a possibilidade de oferta de 80 mil vagas em 297 “pólos”. A título de exemplo, 23 destes “pólos” serão atendidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), distribuídos em São Carlos (um), São José dos Campos (cinco), além de outros no próprio Estado, em Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com cinco cursos diferentes: “educação musical, engenharia ambiental, pedagogia, sistemas de informação e tecnologia sucroalcooleira” (ver também *Folha de São Paulo*, 1º/12/06, p. C3).

Licenciaturas

Em novembro de 2006, a SEED publicou outro Edital, para novos pólos e cursos, abrindo desta vez a possibilidade de desenvolver cursos também para as Instituições Municipais e Estaduais de Ensino Superior (IMES e IEES, respectivamente).

A “UAB” refere-se, especificamente, à oferta de ensino superior via “Educação a Distância” ou Ensino à Distância (EaD), denominação conceitualmente mais apropriada. Implantados em caráter “experimental”, tais cursos estão tomando dimensões preocupantes no Brasil. Entre muitas outras razões,

porque o país não dispõe de um acervo significativo de pesquisas sobre a adoção do EaD, enquanto política pública, e a legislação brasileira nem sequer explicita se o EaD é concebido como “modalidade”, “metodologia” ou “estratégia”. Afóra isso, porque tal alternativa ao ensino presencial tem sido proposta, sobretudo, para as licenciaturas; ou seja, para os cursos que, em tese, formam docentes que, por sua vez, deverão atuar na formação de outros docentes e demais profissionais. Fato este, no mínimo, questionável.

É urgente que a Adusp aprofunde essa discussão!

Estudantes da PUC são punidos por boicotar Enade

Portaria do MEC impede que alunos de cinco cursos recebam financiamento estudantil (Fies).

A associação entre desempenho em avaliação institucional e critérios para concessão de financiamento estudantil do governo federal (Fies) causou indignação aos alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Portaria recente do MEC impede a inscrição no Fies de estudantes de cursos que tiveram nota baixa no Provão e no Enade, podendo inviabilizar os estudos de quem depende do crédito federal.

A portaria 1.710 do MEC, de 19/10/06, determina em seu primeiro artigo que “poderão habilitar-se ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não gratuitos credenciados ao programa, salvo aqueles que tenham obtido avaliação negativa nos pro-

cessos conduzidos pelo Ministério da Educação.”

Para a PUC-SP, instituição onde estudantes de alguns cursos organizam o boicote ao exame federal, a medida vai tirar de vários estudantes a possibilidade de financiar seus estudos. De acordo com a portaria, ficam desabilitados do Fies os cursos que obtiveram nota baixa na última edição do Provão (2003) e na primeira do Enade (ciclo 2004-2006). Na PUC-SP, é o caso dos cursos de história, geografia, jornalismo, psicologia, e publicidade e propaganda.

Punição

“A gente parte do pressuposto de que um sistema de avaliação serve para estabelecer um processo de reflexão sobre a realidade dos cursos e apontar soluções, não para punir estudantes”, acredita Júlia Chequer, que estuda jornalismo na PUC-SP e integra a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Ene-

cos). “A medida não acrescenta absolutamente nada para a melhoria dos cursos, que deveria ser a função de uma avaliação institucional”, completa.

Fábio Nassif, estudante de jornalismo e diretor do Centro Acadêmico Benevides Paixão, acrescenta que, na PUC-SP, a portaria produziu efeitos perversos para as entidades estudantis. “Os estudantes chegavam lá [para ter sua inscrição negada] e funcionários diziam: ‘Vai reclamar com seus amiguinhos, que boicotaram a prova’”, relata. Nassif acusa a Reitoria da universidade de conivência com o autoritarismo do MEC, na esteira de uma série de medidas repressivas contra o movimento estudantil da PUC-SP. “A Reitoria joga a responsabilidade para o MEC, mas cartazes foram arrancados, sindicâncias abertas contra alunos. Escolheram a dedo todos os estudantes que têm participação no movimento estudantil”, denuncia.

Reitoria

Os estudantes protocolaram na Reitoria um requerimento conjunto, assinado por centros acadêmicos e pela Enecos, reivindicando a reabertura das inscrições para a bolsa Fies. Segundo Nassif, os estudantes dos cursos para quem foi negada a inscrição também estão sendo orientados a apresentar requerimentos individuais. Além disso, foi também solicitada uma audiência sobre o tema com a Vice-Reitoria Comunitária. Até o fechamento desta edição, eles ainda não haviam obtido resposta.

Instada a se manifestar sobre o caso e as denúncias, a PUC-SP reiterou, por intermédio de sua assessoria de imprensa, que a instituição nada teve a ver com o corte de crédito nem com a mudança nos prazos de inscrição, ambos implementados pelo MEC. Além disso, negou qualquer relação entre o boicote aos exames e a abertura de sindicâncias.

Baile da Adusp 2006

15/12, às 20h,
no Clube dos Professores

Associado,
confirme presença pelos
telefones 3091-4465/4466
ou pelo e-mail
secretaria@adusp.org.br

Contamos com sua
alegre presença!

